



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eixo Relações Étnico-Raciais, Povos Indígenas, População Negra, Comunidades Tradicionais e Políticas Sociais

Racismo e Política do esquecimento no Brasil

João Bôsco Hora Góis¹
Leticia dos Santos Grativol²

Resumo. Este artigo aborda a complexa manifestação do racismo, destacando práticas de invisibilização e esquecimento. Discute a importância de compreender a raça como elemento central das relações sociais brasileiras e a urgência em enfrentar estruturas discriminatórias. A reflexão sobre a seletividade na construção da narrativa histórica e a valorização da diversidade cultural são enfatizadas. Além disso, destaca a necessidade de políticas públicas para a equidade racial, a preservação da memória de grupos marginalizados e a transformação cultural.

Palavras-chave: Racismo; Memória; Invisibilização; Esquecimento.

Abstract: Abstract. This article addresses the complex manifestation of racism, highlighting practices of invisibilization and forgetting. It discusses the importance of understanding race as a central element of Brazilian social relations and the urgency of confronting discriminatory structures. Reflection on the selectivity in the construction of historical narratives and the valorization of cultural diversity are emphasized. Additionally, it highlights the need for public policies for racial equity, the preservation of the memory of marginalized groups, and cultural transformation.

Keywords: Racism; Memory; Invisibilization; Forgetting.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende evidenciar como o racismo pode se manifestar de maneira sutil, mas mesmo assim impactante, por meio de práticas de invisibilização e esquecimento. O fenômeno da invisibilidade racial, fruto de uma histórica negligência estatal e societária, contribui para a perpetuação de desigualdades e para a marginalização de grupos raciais

¹ Professor Titular, Universidade Federal Fluminense, Doutor em Política Social, e-mail: jbhg@uol.com.br

² Assistente Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Doutoranda em Política Social, email: leticiasgrativol@gmail.com



específicos. Ao propormos uma investigação sobre esse complexo processo somos imediatamente confrontados com o desafio de examinarmos alguns conceitos fundamentais a ele relacionado: raça, racismo, memória, esquecimento, interseccionalidade e políticas públicas.

Para iniciar, é abordada a influência histórica da noção de raça nas relações sociais brasileiras. A análise histórica é essencial para compreendermos as raízes profundas do racismo e como ele permeou diferentes estruturas sociais ao longo do tempo. Ao revisitar o passado, é possível melhor entender a persistência nos dias de hoje de padrões discriminatórios que moldam as experiências de grupos raciais específicos, especialmente a população negra.

A memória e o esquecimento desempenham papéis cruciais na manutenção ou transformação do processo de invisibilização. A narrativa histórica é muitas vezes seletiva, destacando certos eventos e sujeitos, enquanto silencia outros. Examinar como a memória é construída e quais narrativas são negligenciadas é essencial para compreender como o passado influencia o presente e molda o futuro.

A interseccionalidade, por sua vez, oferece uma leitura analítica que reconhece a interação complexa entre diversas categorias de identidade, como raça, gênero, classe e orientação sexual. Ao incorporá-la, buscamos compreender como diferentes formas de opressão se entrelaçam, criando experiências únicas e muitas vezes invisibilizadas.

Por fim, devemos dizer que a abordagem das políticas públicas é útil porque nos permite refletir, remetendo nossa análise para uma esfera mais ampla, como o Estado lida com a questão racial.

Ao tratarmos desses conceitos, almejamos fornecer uma base teórica crítica sobre como o racismo se manifesta através da invisibilização e do esquecimento, impactando diretamente os sujeitos sociais e influenciando as políticas de proteção social no contexto brasileiro.

2. RACISMO E VIOLÊNCIA

O racismo emerge como uma categoria crucial para a análise social, uma vez que permeia a estrutura e dinâmica das relações sociais no Brasil. A complexidade inerente a esse fenômeno se destaca na observação de que, apesar de ser uma verdade incontestável no contexto brasileiro, sua abordagem é frequentemente desafiadora (Rocha, 2018). Essa mesma autora enfatiza que os processos educacionais muitas vezes negligenciam as mediações entre o racismo do passado e suas contínuas reinvenções no presente,



perpetuando assim a dificuldade em lidar teórica e politicamente com esse fenômeno complexo.

Ela também ressalta a forte resistência em enfrentar o racismo de maneira efetiva. Há uma tentativa de relegar o racismo a um tempo distante, como se estivesse superado, evidenciando a relutância em lidar com suas manifestações contemporâneas e persistentes. Ao compreender o racismo como uma construção social, política e ideológica que interfere nas relações sociais, Rocha (2018) destaca sua influência na forma como o Estado contemporâneo constrói sua intervenção. O Estado, balizado na garantia de direitos ou, inversamente, em formas de controle social e racial, pode constituir um agente fundamental ou na perpetuação ou no combate às desigualdades raciais.

O racismo não é um fenômeno isolado, mas sim uma ferramenta intrínseca a diversos processos de dominação social. Isso implica em aceitar a hipótese segundo a qual ele não constitui apenas uma questão individual ou nem pontual, mas trata-se, sim, de um sistema opressor que permeia diversas esferas da sociedade. Tendo isso em mente, podemos afirmar que no Brasil o racismo é estrutural, uma vez que a realidade concreta apresenta a persistência de estruturas discriminatórias profundamente arraigadas na sociedade brasileira.

Não se pode esquecer de que até meados da primeira metade do século XX, o Brasil implementou políticas de branqueamento da população, enquanto simultaneamente propagava a concepção segundo a qual o país desfrutava de uma democracia racial. O projeto nacional adotado à época não incluía a valorização tampouco o respeito pela população negra e pelos povos originários.

Andrea (2018) explora a complexidade do fenômeno do juvenicídio, destacando suas raízes nas esferas estruturais e superestruturais da sociabilidade burguesa e investigando os seus vínculos, no contexto brasileiro, com o racismo e a guerra às drogas.

Em 2021, houve uma repetição do cenário em que o número de homicídios entre pessoas negras (incluindo pretas e pardas conforme classificação do IBGE) ficou em primeiro lugar, chegando a um total de 36.922 vítimas. Durante esse ano, os indivíduos negros representaram 77,1% das vítimas, com uma taxa de 31,0 homicídios para cada 100 mil habitantes desse grupo, em comparação com a taxa de 10,8 para pessoas não negras (amarelas, brancas e indígenas somadas). Esse complexo quadro no qual se insere essa expressão da questão social, nos leva refletir sobre as formas de atuação do Estado brasileiro em relação ao juvenicídio.

Uma das formas de atuação estatal acima referida, no caso brasileiro, se dá por meio das políticas sociais. Não há qualquer equívoco intrínseco na utilização delas. Contudo, há também que se ressaltar que, quando dirigidas especificamente a(o) jovem negro(a), assim como a criança negra, a(o) adulto(a) negro(a) e a(o) idoso(a) negro(a), tais políticas



frequentemente se expressam por meio de ações pontuais e desarticuladas. Essas ações, por óbvio, tendem a serem insuficientes para abranger as particularidades da sua população-alvo e incapazes de dar conta da complexidade interseccional que caracteriza as vivências dessa mesma população.

Isso nos coloca de frente com o desafio de, após reconhecer as múltiplas dimensões das desigualdades enfrentadas pela população negra em geral e pelos jovens negros em particular, formular estratégias interventivas mais abrangentes e eficazes que atendam da maneira mais integrada possível às suas demandas particulares.

Este diagnóstico sobre as políticas dirigidas para a população negra conduz à reflexão sobre a necessidade de abordagens analíticas capazes de: a) reconhecer os desafios postos pelo fato de que as experiências individuais e coletivas da população negra são atravessadas por múltiplos fatores que se sobrepõem, excluem-se mutuamente ou se complementam e; b) promover uma transformação efetiva nas políticas sociais a ela dirigidas.

Tendo esse diagnóstico em mente, é que trazemos mais uma vez para discussão o debate sobre interseccionalidade, particularmente aquele contido nas reflexões de pesquisadoras como Collins e Bilge (2020). Tal debate tem capacidade de gerar potência analítica que nos possibilite examinar de forma mais abrangente e profunda os grupos marginalizados. Segundo elas,

A interseccionalidade também promoveu um entendimento complexo das identidades individuais. O vasto corpo de estudos no interior da interseccionalidade, envolvendo o tema das identidades individuais como interseccionais e performativas, mudou o significado de identidade de algo que se tem para algo que se constrói. Em vez de uma essência fixa que a pessoa carrega de uma situação para a outra, entende-se agora que as identidades individuais se aplicam diferentemente de um contexto social para outro. E esses contextos sociais são moldados pelas relações de poder interseccionais. (COLLINS & BILGE, 2020, p. 195)

A interseccionalidade, como abordada pelas autoras, vai além da mera existência das matrizes de opressão, afirmando que as categorias de identidade social não podem ser analisadas de forma isolada. Pelo contrário, é fundamental considerá-las em relação umas às outras. Nesse sentido, a interseccionalidade propõe que essas categorias estejam interconectadas e se sobreponham, originando manifestações únicas de opressão e privilégio para distintos grupos sociais.

Este enfoque mais amplo expande a compreensão das complexas dinâmicas que permeiam as experiências de tais grupos, a exemplo da população negra como um todo e a população negra jovem em particular. Estes encontram-se frequentemente submetidos a uma ou mais matrizes de opressão, que englobam formas de discriminação que incluem, obviamente, o racismo, passando pelo sexismo, homofobia e transfobia. Assemelhados pelo



compartilhamento de múltiplas identidades sociais, os indivíduos que compõem aquelas populações enfrentam complexas dinâmicas sociais de opressão e exclusão.

2.1 A questão racial na sociedade brasileira

A construção da identidade social no Brasil foi profundamente moldada pela questão racial, especialmente durante o período colonial, quando os escravizados desempenharam um papel fundante. Explorados de maneira degradante pelos colonizadores europeus, os escravizados foram essenciais para a formação econômica e social do país. Mesmo vivendo sob condições de trabalho e vida extremamente precárias, eles deixaram legados persistentes na sociedade e protagonizaram movimentos de resistência e luta que constituem importantes momentos da história brasileira.

Durante séculos, viajantes europeus e pensadores brancos fizeram observações, fotografias, pinturas e discursos que contribuíram para perpetuar estereótipos e visões preconceituosas, auxiliando assim na construção de uma narrativa racializada da sociedade brasileira. Essa influência na construção da identidade nacional consolidou preconceitos e hierarquias raciais que persistem até os dias atuais.

Além disso, a marginalização do conjunto das práticas culturais afro-brasileiras forneceu um caldo cultural propício à fermentação da criminalização das religiões africanas e suas expressões diversificadas em solo nacional. Levando um conjunto de fatores em consideração, podemos dizer que aquele processo de marginalização cultural também apresentava um viés de busca da exploração econômica dos corpos africanos e afro-brasileiros.

Segundo Chalhoub (1996), o período de transição entre o fim da escravidão e o estabelecimento da República no Brasil testemunhou um aumento expressivo no "medo branco" em relação à população negra urbana, resultando em atitudes intolerantes e truculentas por parte dos republicanos. Em outros termos, a crise gerada pelo fim da escravidão abalou as estruturas sociais existentes e o medo branco emergiu como uma resposta à transformação social. Motivados pelo temor, os republicanos, em nome do progresso e da ordem, instrumentalizaram o medo em várias frentes, justificando a intolerância em termos de higiene, moralidade, bons costumes e civilização.

Chalhoub destaca como a transição para a República, embora tenha prometido avanços democráticos, acabou por intensificar o medo branco e a hostilidade em relação à população negra urbana. A busca pelo "progresso" muitas vezes se traduzia na marginalização e na



repressão dos negros, consolidando uma narrativa de exclusão que persistiria ao longo do tempo, influenciando políticas e atitudes que moldariam as estruturas sociais da república.

Os dados mais recentes fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística³ revelam a marcante presença da população parda ou preta no Brasil, como a maioria (45,3%). Ao nos depararmos com a abrangente parcela da população que se autodeclara como parda ou preta, é necessário realizar uma reflexão sobre a permanência das desigualdades raciais em território brasileiro e a persistência dos impactos advindos do passado escravocrata.

Ao posicionarmos esse grupo racial como majoritário nas estatísticas demográficas, adicionamos uma peça-chave para a análise crítica da complexa composição socioeconômica que persiste entre nós. A compreensão desses números não pode ser desvinculada da urgência em enfrentar e transformar estruturas que perpetuam desigualdades, o que demanda uma análise crítica e abrangente de certas áreas cruciais do sistema de proteção social como como educação, saúde e promoção do emprego e renda.

3. MEMÓRIA, ESQUECIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Pollak (1989), em correta análise, estabelece um contraponto ao entendimento tradicional sobre a resignificação das experiências passadas. Ele destaca a importância do esquecimento como elemento essencial para a adaptação e evolução individuais, argumentando que, embora a memória seja crucial para a formação da identidade, o esquecimento é uma ferramenta necessária. O silêncio, segundo Pollak, surge como uma forma de lidar com traumas, indicando que certas lembranças dolorosas podem ser preservadas por meio do não-dito.

A preservação da memória coletiva, especialmente sobre eventos traumáticos, torna-se crucial para aprender com o passado e construir um futuro mais justo e igualitário. O enquadramento da memória, processo influenciado por fatores sociais, políticos e culturais, reflete ideologias dominantes, pode ser politicamente utilizado para promover agendas específicas. A narrativa histórica, frequentemente construída seletivamente, enfatiza certas

³ Em 2022, aproximadamente 92,1 milhões de indivíduos afirmaram ter uma identidade racial parda, correspondendo a 45,3% da população brasileira. Este contingente superou, pela primeira vez desde 1991, a população branca, que totalizou 88,2 milhões, representando 43,5% do total nacional. Adicionalmente, 20,6 milhões se autodeclararam como pretos, abrangendo 10,2% da população, enquanto 1,7 milhões indicaram pertencer à categoria indígena, equivalente a 0,8%, e 850,1 mil afirmaram ser da categoria amarela, perfazendo 0,4% do total. Esses dados provêm do Censo Demográfico 2022: Identificação étnico-racial da população, por sexo e idade: Resultados do universo, recentemente divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Fonte: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38719-censo-2022-pela-primeira-vez-desde-1991-a-maior-parte-da-populacao-do-brasil-se-declara-parda>



perspectivas enquanto silencia outras. O que chamamos hoje de memória no Brasil é uma memória registrada pela elite e marcada pelo signo do privilégio. Uma forma de romper com a repetição desse fenômeno agora é fazendo com que nas políticas de memória os grupos historicamente marginalizados tenham suas histórias construídas e registradas para a posterioridade.

Grupos sociais se definem a partir do que recordam e esquecem conjuntamente. Tomando a memória negra como exemplo, observa-se nela uma conexão entre as injustiças praticadas desde a escravidão até as desigualdades raciais existentes atualmente. Essa consciência permite a formação de uma identidade coletiva que dá sentido à compreensão dos vínculos e permanências do passado no presente.

Segundo Castells (1999), a identidade desempenha um papel central na vida social. No contexto específico do Brasil, essa afirmação ganha uma relevância ainda maior, principalmente quando voltamos nossa atenção para a identidade do povo negro. As políticas públicas de memória devem, portanto, não apenas reconhecer, mas também celebrar e preservar as identidades dos grupos oprimidos e marginalizados, com especial ênfase na valorização de suas culturas e histórias.

As políticas de memória aqui são compreendidas como ações adotadas pelo Estado para lidar com o passado, preservar e promover a memória coletiva, garantindo que eventos históricos sejam lembrados, reconhecidos e compreendidos. Essas políticas buscam reconciliação, justiça histórica, prevenção de injustiças futuras e uma narrativa inclusiva que reflita diversas perspectivas e experiências.

Como vimos, a memória não se limita apenas a lembrar ou esquecer. A memória pode ser considerada um recurso político do presente que é coletivamente acionado para trazer à luz elementos que a história oficial ou a consciência escravocrata tendem a ocultar. Sobre essa questão é fundamental trazer a perspectiva de González (2020) quando examina a dialética entre consciência e memória para revelar conhecimentos que geralmente não são legitimados na historiografia oficial e que emergem da memória dos sujeitos insurgentes e contracoloniais:

"Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência exclui o que memória inclui." (GONZÁLEZ, 2020, p.78).

Para o povo negro brasileiro, cuja história é marcada por séculos de marginalização, escravidão e resistência, a construção da identidade torna-se um desafio. As políticas públicas devem proporcionar um ambiente propício para que essas comunidades possam



reivindicar, preservar e fortalecer suas identidades dentro de uma sociedade que, ao longo da história, as relegou à margem.

A identidade, como ressalta Castells (1999), é um campo de batalha na era da globalização, onde os movimentos sociais de resistência buscam forjar identidades coletivas e projetos de sociedade que resistam à homogeneização cultural e econômica impostas pelo mundo globalizado. No caso das comunidades negras no Brasil, essas políticas devem não apenas reconhecer a diversidade cultural e histórica, mas também fomentar um diálogo intercultural que promova a compreensão mútua. Além disso, é importante ressaltar que a resistência às imposições homogeneizadoras da globalização não é apenas uma questão de manter a diversidade cultural, mas também de promover a justiça social e combater o racismo estrutural.

É importante que as políticas públicas transcendam o reconhecimento superficial e alcancem uma compreensão profunda das complexidades das identidades das minorias subrepresentadas, especialmente o povo negro. Ao fazê-lo, contribuirão para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa, onde a diversidade não seja apenas tolerada, mas entendida como uma força vital na construção da identidade nacional.

Schwarcz e Starling (2015) apresentam uma abordagem abrangente da história do Brasil pois estabelecem a intenção de traçar uma narrativa que destaca as múltiplas vozes, identidades e experiências que compõem a história do país, indo além das narrativas tradicionais e eurocêntricas. As autoras reforçam a ideia de que o Brasil é uma nação marcada por contradições e desafios históricos. Elas ressaltam a importância de compreender e lidar com as feridas do passado, confrontando o racismo, a desigualdade social e outras questões críticas que persistem na sociedade.

Posto que as marcas persistentes do passado escravocrata continuam a afetar o exercício pleno da cidadania, a sociedade brasileira contemporânea se vê imersa em profundas desigualdades sociais. Nesse contexto, os indivíduos negros enfrentam frequentemente limitações de oportunidades, sendo privados de direitos essenciais e sujeitos a discriminação, o que perpetua um cenário de desafios para o pleno exercício da cidadania. Isso faz com que seja cada vez mais necessária uma abordagem crítica à história, abordagem essa que considere as vozes marginalizadas e as narrativas alternativas como parte fundamental do entendimento do país.

A ausência de políticas e iniciativas de mudança cultural em relação à história única – e escrita por pessoas brancas - é uma triste realidade que reflete a negligência sistemática em preservar a vida, a história e a memória de grupos marginalizados, aqui falando essencialmente da população negra brasileira.

Gomes (2018) destaca de maneira incisiva a ausência de consideração pela preservação da vida e da história desses grupos, ressaltando que a resistência se torna uma estratégia vital



para a sobrevivência deles. A falta de atenção para a diversidade cultural e a preservação das narrativas autênticas desses grupos é, portanto, um problema incessante na contemporaneidade. A lógica excludente, conforme a autora argumenta, mantém-se atuante, com bases tão sólidas que permeiam o senso comum e perpetuam uma visão discriminatória sobre a coletividade humana. Mesmo após a eliminação do aparato político-geográfico ligado ao colonialismo, essa lógica se mantém inserida na sociedade pós-colonial, principalmente em espaços de difusão de conhecimento.

4. CONCLUSÕES

Neste trabalho, destacamos a intrincada manifestação do racismo por meio de práticas de invisibilização racial e esquecimento, associadas à negligência histórica. Esses elementos contribuem significativamente para a perpetuação de profundas disparidades sociais, resultando no extermínio de vidas e da própria história.

A compreensão da noção de raça como elemento fundante das relações sociais brasileiras requer uma análise histórica profunda para desvendar as raízes intrínsecas do racismo e suas implicações ao longo do tempo. A revisitação do passado evidencia a persistência de padrões discriminatórios que moldaram as experiências da população negra, ressaltando a urgência em enfrentar essas estruturas discriminatórias.

Diante desse contexto, torna-se imperativo questionarmos e desconstruirmos as narrativas que naturalizam a opressão racial. A histórica exclusão dos negros dos registros oficiais e a subrepresentação em diversos espaços sociais são sintomas de um sistema que historicamente os marginalizou. Somente através do reconhecimento dessas realidades e da implementação de políticas efetivas de reparação histórica e igualdade de oportunidades poderemos almejar uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

A seletividade na construção da narrativa histórica, ao privilegiar certos eventos e sujeitos enquanto silencia outros, torna-se essencial para compreender como o passado continua a influenciar o presente e a moldar o futuro. Ademais, é crucial enfatizar a relevância de preservar tanto a memória histórica quanto a cultural, visando valorizar identidades e origens culturais. Essa iniciativa desempenha um papel fundamental ao impulsionar a elevação da autoestima e autoconfiança, tornando imperativa a implementação de ações para preservar a história e memória de grupos historicamente marginalizados, especialmente a população negra no Brasil.

Os dados recentes do IBGE destacam expressivamente a presença dessa população, evidenciando a necessidade de analisar a persistência das desigualdades raciais e dos



impactos advindos do passado escravocrata. Diante desse cenário, urge a criação de espaços e políticas públicas que promovam a valorização da cultura afro-brasileira, garantindo o respeito à diversidade étnico-racial e combatendo o apagamento histórico. A educação desempenha um importante papel nesse processo, pois é por meio dela que podemos desconstruir estereótipos, promover a inclusão de conteúdos que reflitam a diversidade cultural do país e fomentar o respeito mútuo entre os diferentes grupos étnicos. Além disso, a reflexão sobre os dados do IBGE nos chama a atenção para a urgência de políticas públicas que atuem na promoção da equidade racial em diversas esferas, desde o acesso à educação de qualidade até oportunidades no mercado de trabalho. O combate ao racismo estrutural e institucional deve ser uma prioridade, com a implementação de medidas concretas para corrigir séculos de injustiças históricas.

A carência de políticas e iniciativas para a transformação cultural em relação à narrativa única, frequentemente delineada por pessoas brancas, revela uma triste realidade que reflete a negligência sistemática na preservação da vida, história e memória dos negros. Esse contexto, onde a diversidade cultural deveria ser prioritária, destaca a ausência de atenção a esses aspectos, contribuindo para a perpetuação de estereótipos e invisibilidade. A falta de uma abordagem ativa na preservação da diversidade cultural abre espaço para a continuidade de representações unilaterais e incompletas, reforçando a exclusão histórica. Portanto, a promoção de políticas e iniciativas que busquem ativamente corrigir essas lacunas é fundamental para criar um ambiente de respeito à pluralidade de vivências e narrativas culturais.

Ao tratarmos desses conceitos, almejamos fornecer uma base teórica crítica sobre como o racismo se manifesta através da invisibilização e do esquecimento, impactando diretamente os sujeitos sociais e influenciando as políticas de proteção social no contexto brasileiro.

Portanto, urge uma mudança de paradigma em relação à forma como encaramos e preservamos a diversidade cultural, reconhecendo sua importância não apenas como um aspecto estético ou folclórico, mas como uma parte intrínseca e valiosa da identidade nacional. Isso implica em políticas que promovam a inclusão, a representatividade e o respeito às diferentes narrativas e formas de expressão cultural, garantindo assim uma sociedade mais justa e igualitária para todos os seus membros.



REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v.2. Introdução, Paraísos: identidade e significado na sociedade em rede e A construção da identidade.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília: Ipea; FBSP, 2023. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>

CHALOUB, Sidnei. “Medo branco de almas negras – escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio de Janeiro”. Revista Brasileira de História, V.08, n. 16, p. 83-105, 1988. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3676.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade [recurso eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. Cap. 1 e 2.

GOMES, Anatólia Gomes. Decolonialismo e crítica à história única: possibilidades para a historiografia sobre os povos originários do Brasil. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História – UFOP, 2018. Capítulo 1 e 2 (“O pensamento Decolonial e a crítica à História Única: possibilidades teóricas pra a História Indígena” e “Preâmbulos da construção de uma história única sobre as populações originárias brasileiras”).

GONZALES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: RIO, Flávia; LIMA, Márcia. Por um feminismo afro-latino-americano – Lélia González. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-93.

SCHWARCZ Lilian e STARLING, Heloisa, M. Brasil – Uma biografia. Companhia das Letras, SP, 2017. Introdução e Posfácio.

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio.” In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.